

CLIPPING

15 de Setembro de 2019
O Liberal – Panorama, Economia - 08.

O FGTS como medida econômica anticíclica



O Governo Federal anunciou recentemente uma medida provisória – a MP 889/2019 – que permite ao trabalhador brasileiro retirar certa importância em dinheiro das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). São determinações que entraram em vigor no dia 13 deste mês de setembro, com possibilidade de saque de até R\$ 500 por conta vinculada ao nome do

André Cutrim Carvalho, doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pela UNICAMP, Conselheiro do Conselho Regional de Economia (CORECON-PA/AP)

trabalhador, tanto das contas ativas como das contas inativas.

A MP em si promete mais "liberdade" no sentido da movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); e, também, institui a modalidade saque-aniversário no FGTS.

Do ponto de vista econômico, tal medida não representa nenhuma novidade. Assim como foi feito no governo Lula e, posteriormente, na gestão Dilma, o governo Bolsonaro incorpora as denominadas políticas anticíclicas, um clássico mecanismo keynesiano. Mas, em tempos de crescimento econômico píffo, 0,4%, e significativo quantitativo de desempregados, o saque do FGTS será suficiente para estimular a economia brasileira?

De fato, o FGTS pode atuar como uma alternativa de renda extra, que muitas das vezes é revertida para o pagamento de dívidas. Hoje, porém,

os déficits orçamentários governamentais usados como instrumentos de políticas macroeconômicas anticíclicas apenas atenuam, por um curto período de tempo, os aspectos negativos (desemprego) da instabilidade no mercado.

Apesar de ser um paliativo de curto prazo, a movimentação em torno do saque do FGTS não deixa de ser importante, sobretudo no aspecto do estímulo à demanda via consumo e da demanda efetiva via renda, o que deve provocar uma diminuição (gradativa) do desemprego. Contudo, o governo Bolsonaro precisa ir além: criar um clima institucionalmente favorável aos gastos de investimento públicos e privados é condição sine qua non para romper com a inércia atual, o que exige, ainda que a contragosto, a mão visível do Estado.



Assim como foi feito no governo Lula e, posteriormente, na gestão Dilma, o governo Bolsonaro incorpora as denominadas políticas anticíclicas